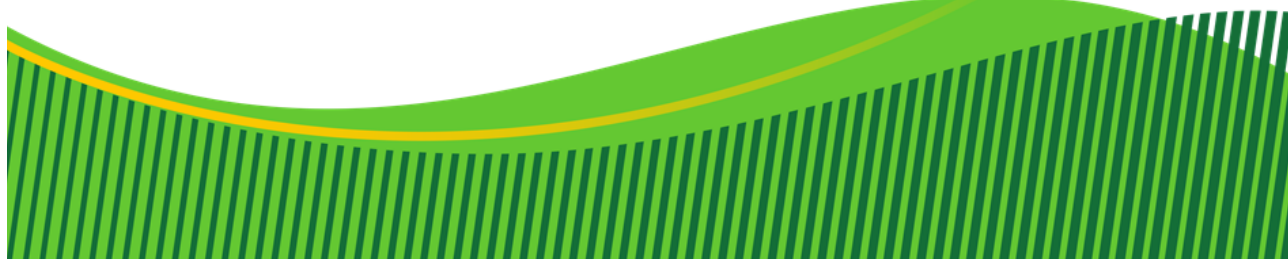


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Sudoeste de Goiás - Sicredi Sudoeste GO

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Sudoeste de Goiás -
Sicredi Sudoeste GO
Rio Verde - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Sudoeste de Goiás - Sicredi Sudoeste GO ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Sudoeste de Goiás - Sicredi Sudoeste GO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 (a) às demonstrações financeiras, que descreve a aprovação e incorporação da Cooperativa de Crédito do Centro Oeste de Goiás - Sicredi Centro Oeste GO. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Sudoeste de Goiás - Sicredi Sudoeste GO, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Sudoeste de Goiás - Sicredi Sudoeste GO
CNPJ/MF nº 06.332.931/0001-73

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	207.518	123.846	CIRCULANTE	128.207	70.926
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	4.330	3.639	DEPÓSITOS (NOTA 10)	36.061	20.559
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	56.109	32.110	Depósitos à Vista	35.440	18.753
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	18	5	Depósitos a Prazo	621	1.806
Correspondentes no país	-	173	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	50.718	23.412
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	56.091	31.932	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	29	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	135.140	80.388	Repasses Interfinanceiros (NOTA 11)	50.689	23.412
Operações de Crédito	144.384	86.859	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	433	128
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.244)	(6.471)	Recursos em Trânsito de Terceiros	433	128
OUTROS CRÉDITOS	9.675	5.203	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	20.322	11.337
Créditos por Avais e Fianças Honrados	116	312	Empréstimos País - Outras Instituições	20.322	11.337
Rendas a Receber	440	336	OUTRAS OBRIGAÇÕES	20.673	15.490
Diversos (NOTA 06)	9.375	4.882	Cobrança e Arrecadação de Tributos	45	8
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(256)	(327)	Sociais e Estatutárias	1.437	1.006
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	2.264	2.506	Fiscais e Previdenciárias	507	391
Outros Valores e Bens	2.291	2.464	Diversas (NOTA 13)	18.684	14.085
(Provisão para desvalorização)	(52)	-			
Despesas Antecipadas	25	42			
NÃO CIRCULANTE	36.952	21.670	NÃO CIRCULANTE	72.725	46.555
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	36.952	21.670	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	72.725	46.555
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	25.769	12.845	DEPÓSITOS (NOTA 10)	69.030	45.636
Operações de Crédito	29.536	16.961	Depósitos a Prazo	69.030	45.636
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.767)	(4.116)	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 11)	3.695	919
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06)	2	-	Repasses Interfinanceiros	3.695	919
Diversos	2	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.538	28.035
INVESTIMENTOS (NOTA 08)	4.105	3.666	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	32.695	22.673
Outros Investimentos	4.105	3.666	De Domiciliados no País	35.192	24.605
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09)	5.939	4.238	(Capital a Realizar)	(2.497)	(1.932)
Imóveis de Uso	7	7	RESERVAS DE SOBRAS	9.914	5.164
Outras Imobilizações de Uso	9.012	5.965			
(Depreciação acumulada)	(3.080)	(1.734)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	929	198
INTANGÍVEL (NOTA 09)	1.137	921			
Outros Ativos Intangíveis	1.943	1.487			
(Amortização acumulada)	(806)	(566)			
TOTAL DO ATIVO	244.470	145.516	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	244.470	145.516

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Sudoeste de Goiás - Sicredi Sudoeste GO
CNPJ/MF nº 06.332.931/0001-73

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.327	-	19.327	37.045	-	37.045	27.918	-	27.918
Operações de Crédito	19.327	-	19.327	37.045	-	37.045	27.836	-	27.836
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	82	-	82
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(9.028)	(155)	(9.183)	(17.527)	(274)	(17.801)	(12.120)	(119)	(12.239)
Operações de Captação no Mercado	(2.358)	(4)	(2.362)	(5.516)	(9)	(5.525)	(5.508)	(5)	(5.513)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.437)	(151)	(2.588)	(4.207)	(265)	(4.472)	(2.489)	(114)	(2.603)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.233)	-	(4.233)	(7.804)	-	(7.804)	(4.123)	-	(4.123)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.299	(155)	10.144	19.518	(274)	19.244	15.798	(119)	15.679
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(7.361)	589	(6.772)	(13.756)	1.233	(12.523)	(13.887)	591	(13.296)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.311	1.512	2.823	2.271	2.968	5.239	1.384	1.713	3.097
Rendas de Tarifas Bancárias	1.558	-	1.558	2.873	-	2.873	2.361	-	2.361
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(6.218)	(389)	(6.607)	(10.984)	(710)	(11.694)	(9.430)	(432)	(9.862)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(3.937)	(355)	(4.292)	(7.813)	(695)	(8.508)	(7.285)	(533)	(7.818)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(12)	(142)	(154)	(24)	(234)	(258)	(28)	(100)	(128)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	3.037	116	3.153	6.492	169	6.661	7.069	151	7.220
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(3.100)	(153)	(3.253)	(6.571)	(265)	(6.836)	(7.958)	(208)	(8.166)
RESULTADO OPERACIONAL	2.938	434	3.372	5.762	959	6.721	1.911	472	2.383
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.408	24	1.432	1.433	24	1.457	1.931	26	1.957
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.346	458	4.804	7.195	983	8.178	3.842	498	4.340
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	143	143	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	79	79	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	64	64	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	4.346	601	4.947	7.195	983	8.178	3.842	498	4.340
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	983	(983)	-	498	(498)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	4.346	601	4.947	8.178	-	8.178	4.340	-	4.340
DESTINAÇÕES	-	-	-	(6.735)	-	(6.735)	(4.142)	-	(4.142)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.521)	-	(1.521)	(787)	-	(787)
Fates - Estatutário	-	-	-	(464)	-	(464)	(99)	-	(99)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(3.250)	-	(3.250)	(695)	-	(695)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(1.061)	-	(1.061)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(1.500)	-	(1.500)	(1.500)	-	(1.500)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.443	-	1.443	198	-	198

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Sudoeste de Goiás - Sicredi Sudoeste GO
CNPJ/MF nº 06.332.931/0001-73

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Contingências	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	17.860	7.983	57	(6.132)	19.768
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	57	(57)	-	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	6.262	-	-	-	6.262
Baixas de capital	(2.204)	-	-	-	(2.204)
Reversões de reservas	-	(6.132)	-	6.132	-
Resultado do período	-	-	-	4.340	4.340
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(99)	(99)
Reserva Legal - Estatutária	-	695	-	(695)	-
Juros sobre o Capital Próprio	755	-	-	(787)	(32)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.061	-	(1.061)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	1.500	-	(1.500)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	22.673	5.164	-	198	28.035
Mutações do Período	4.813	(2.819)	(57)	6.330	8.267
Saldos no início do período em 01/01/2017	22.673	5.164	-	198	28.035
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	192	-	-	(192)	-
Outras destinações	-	-	-	(6)	(6)
Saldo de Incorporação	4.935	1.203	-	(1.717)	4.421
Reversões de reservas	-	(1.203)	-	1.203	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	5.135	-	-	-	5.135
Baixas de capital	(1.712)	-	-	-	(1.712)
Resultado do período	-	-	-	8.178	8.178
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(464)	(464)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.250	-	(3.250)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.472	-	-	(1.521)	(49)
Reserva Legal - Doação SFG	-	1.500	-	(1.500)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	32.695	9.914	-	929	43.538
Mutações do Período	10.022	4.750	-	731	15.503
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	24.675	5.164	-	3.231	33.070
Saldo de Incorporação	4.935	1.203	-	(1.717)	4.421
Reversões de reservas	-	(1.203)	-	1.203	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.552	-	-	-	2.552
Baixas de capital	(939)	-	-	-	(939)
Resultado do período	-	-	-	4.947	4.947
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(464)	(464)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.250	-	(3.250)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.472	-	-	(1.521)	(49)
Reserva Legal - Doação SFG	-	1.500	-	(1.500)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	32.695	9.914	-	929	43.538
Mutações do Período	8.020	4.750	-	(2.302)	10.468

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Sudoeste de Goiás - Sicredi Sudoeste GO
CNPJ/MF nº 06.332.931/0001-73

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRES/EXERCÍCIO	4.357	8.784	1.607
Resultado do semestre/exercício	4.947	8.178	4.340
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRES/EXERCÍCIO	(590)	606	(2.733)
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(377)	306	(3.940)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	52	52	-
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	156	(123)	110
Depreciação do imobilizado de uso	76	709	829
Amortização do intangível	115	232	133
Baixas do ativo permanente	(110)	(153)	178
(Reversão) para passivos contingentes	(2)	-	-
Destinações ao FATES	(464)	(464)	(99)
Dividendos SicrediPar	(36)	47	56
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(18.274)	2.903	2.391
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	4.465	1.314	(4)
Redução em relações com correspondentes	130	173	-
(Aumento) em operações de crédito	(35.381)	(50.895)	(35.315)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	18.883	29.306	8.638
(Aumento) em outros créditos	(791)	(2.027)	(1.634)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	85	656	(1.034)
Aumento em depósitos	(22.544)	12.778	21.331
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(59)	251	(18)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	8.706	8.985	1.982
Absorção de dispêndios pelo FATES	(85)	(124)	-
Aumento em outras obrigações	8.317	2.486	8.445
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(13.917)	11.687	3.998
Aquisição de Investimentos	-	(16)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	29	148	(2.479)
Aplicações no Intangível	(215)	(359)	(282)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(186)	(227)	(2.761)
Integralização de capital	2.552	5.135	6.262
Baixa de capital	(939)	(1.712)	(2.204)
Juros ao capital próprio	(49)	(49)	(32)
Distribuição de Sobras	-	(6)	-
Caixa e equivalentes de caixa oriundo de incorporação	10.022	10.022	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	11.586	13.390	4.026
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(2.517)	24.850	5.263
Caixa e equivalente de caixa no início do período	62.938	35.571	30.308
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	60.421	60.421	35.571

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Sudoeste de Goiás - Sicredi Sudoeste GO ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 04/09/2003 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

Os associados em Assembleia Geral Extraordinária conjunta realizada no dia 01/12/2017, ante a necessidade de ganho de escala para garantir a competitividade, crescimento da base de associados, redução dos custos operacionais e manutenção da rentabilidade, autorizaram a sociedade incorporar a Cooperativa de Crédito do Centro Oeste de Goiás - Sicredi Centro Oeste GO.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Ingressos e Receitas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(12.226)	(13)	(12.239)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.110)	(13)	(4.123)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(13.309)	13	(13.296)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(8.319)	501	(7.818)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	7.207	13	7.220
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(7.665)	(501)	(8.166)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2018.

a) Incorporação da Cooperativa de Crédito do Centro Oeste de Goiás - Sicredi Centro Oeste GO:

Em 01 de dezembro de 2017 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Cooperativa de Crédito do Centro Oeste de Goiás - Sicredi Centro Oeste GO. A incorporação foi realizada com base em laudo de avaliação sobre o patrimônio líquido contábil emitido por auditores independentes, com data-base de 30 de novembro de 2017. A incorporação foi realizada ante a necessidade de ganho de escala para garantir a competitividade, crescimento da base de associados, redução dos custos operacionais e manutenção da rentabilidade.

Apresentamos abaixo os saldos incorporados em 30 de novembro de 2017 e que impactaram as Demonstrações financeiras da Cooperativa:

	Saldo de Incorporação
BALANÇO PATRIMONIAL	
Ativo circulante	31.273
DISPONIBILIDADES	511
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	10.838
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	17.087
OUTROS CRÉDITOS	2.371
OUTROS VALORES E BENS	466
Ativo Não circulante	2.917
INVESTIMENTOS	423
IMOBILIZADO DE USO	2.405
INTANGÍVEL	89
Passivo circulante	29.769
DEPÓSITOS	26.118
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	776
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	54
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.821
Patrimônio líquido	4.421
CAPITAL SOCIAL	4.935
RESERVAS DE SOBRAS	1.203
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(1.717)

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

j) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

n) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	4.330	3.639
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	56.091	31.932
Total	60.421	35.571

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	80.143	20.950	101.093	62.798
Financiamentos	2.669	2.694	5.363	2.356
Financiamentos rurais e agroindustriais	61.572	5.892	67.464	38.666
Carteira total	144.384	29.536	173.920	103.820

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	116	-	116	312
Títulos e créditos a receber (i)	7.627	2	7.629	3.710
Total	7.743	2	7.745	4.022

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	78.789	58.687	394	293
Nível B	1,00	56.932	21.974	644	220
Nível C	3,00	23.799	7.712	714	232
Nível D	10,00	8.339	7.640	834	764
Nível E	30,00	2.391	2.018	717	605
Nível F	50,00	2.005	1.639	1.003	820
Nível G	70,00	1.496	639	1.047	447
Nível H	100,00	7.914	7.533	7.914	7.533
Total (i)		181.665	107.842	13.267	10.914

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				2016	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.725	25.057	23.570	12.483	63.835	41.001
Rural	839	6.398	54.335	5.892	67.464	38.666
Industrial	1	528	201	511	1.241	367
Comércio	1.789	14.559	9.556	5.933	31.837	20.406
Outros Serviços	528	5.732	6.309	4.719	17.288	7.402
Total	5.882	52.274	93.971	29.538	181.665	107.842

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	12.836	7,07	10.609	9,84
50 devedores seguintes	45.373	24,98	32.477	30,12
100 devedores seguintes	45.313	24,94	29.488	27,34
Demais	78.143	43,01	35.268	32,70
Total	181.665	100	107.842	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	10.914	14.744
Constituição de provisão	7.804	4.123
Movimentação de baixados para prejuízo	(5.451)	(7.953)
Saldo final	13.267	10.914

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.322 (2016 - R\$ 2.114), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 8.918 (2016 - R\$ 7.176).

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	235	96
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	865	636
Devedores por depósitos em garantia	1	1
Impostos e contribuições a compensar	143	81
Títulos e créditos a receber	7.627	3.710
Valores honrados	15	95
Operações com cartões	18	8
Pendências a regularizar	346	143
Outros	125	112
Total Circulante	9.375	4.882
Títulos e créditos a receber	2	-
Total realizável a longo prazo	2	-

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	2.287	2.463
Imóveis	2.287	2.437
Veículos e afins	-	26
Material em estoque	4	1
Despesas antecipadas	25	42
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(52)	-
Total Circulante	2.264	2.506

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 52 (2016 - R\$) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	2.106	1.855
Sicredi Participações S.A.	1.996	1.809
Outras Participações e Investimentos	3	2
Sicredi Fundos Garantidores	3	2
Total	4.105	3.666

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	586.524 ON 1.221.984 PN	586.524 ON 1.221.984 PN	3 Quotas	2 Quotas	2.106.060 Quotas	1.855.143 Quotas
Percentual de participação	0,21%	0,21%	1,83%	1,27%	5,33%	5,59%
Capital social	874.847	869.279	164	165	39.522	33.215
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	41.926	35.663
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	135	308
Valor do investimento	1.996	1.809	3	2	2.106	1.855

NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	9.019	(3.080)	5.939	4.238
Imobilizações em curso	-	159	-	159	242
Edificações	4%	7	(2)	5	6
Instalações	10%	3.824	(1.285)	2.539	1.693
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.053	(685)	1.368	967
Sistema de comunicação	10%	234	(49)	185	133
Sistema de processamento de dados	20%	2.169	(871)	1.298	839
Sistema de segurança	10%	372	(153)	219	214
Sistema de transporte	20%	201	(35)	166	144
Intangível (i)		1.943	(806)	1.137	921
Investimentos Confederação		1.943	(806)	1.137	921
Total		10.962	(3.886)	7.076	5.159

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	35.440	-	-	35.440	18.753
Depósitos a prazo	148	473	69.030	69.651	47.442
Total	35.588	473	69.030	105.091	66.195

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	50.689	23.412
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	50.689	23.412
Total circulante	50.689	23.412
Recursos do Crédito Rural	3.695	919
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.695	919
Total exigível a longo prazo	3.695	919

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 10% a.a. com vencimentos até 04/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	20.322	11.337
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	10.342	5.208
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	9.980	6.129
Total circulante	20.322	11.337

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,11% a.m. com vencimento até 20/06/2018.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	5.571	6.786
Obrigações por convênios oficiais	2	-
Provisão para pagamentos a efetuar	2.829	1.716
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	7	-
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.014	1.137
Pendências a regularizar	69	41
Operações com cartões	7.742	3.541
Demais fornecedores	560	398
Credores diversos	890	466
Total circulante	18.684	14.085

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Cível (i)	Provável	7	-
Total		7	-

(i) Referente ao saldo de Incorporação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 63 e R\$ 676, respectivamente.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	32.695	22.673
Total de associados	12.233	7.984

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 10.022 (2016 – R\$ 4.813), sendo R\$ 1.664 (2016 – R\$ 755) via integralização de resultados e R\$ 5.135 (2016 – R\$ 6.262), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.712 (2016 – R\$ 2.204). Além do aumento de R\$ 4.935 resultante da incorporação.

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Sudoeste de Goiás - Sicredi Sudoeste GO, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,17% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.521, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Sudoeste de Goiás - Sicredi Sudoeste GO, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 10% para o FATES.

NOTA 16 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2017 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Sudoeste de Goiás - Sicredi Sudoeste GO utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1.500 (R\$ 1.830 em dezembro de 2016), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”. Sendo que dessa receita o valor de R\$ 1.500 (R\$ 1.500 em dezembro de 2016) não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinada para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2017 conforme Regulamento do Fundo de Desenvolvimento (art.9, V, “c” e “d”), retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	8.178	4.340
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(3.435)	(1.823)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	11	2
Provisão PPR	26	17
Receita com atos cooperativos	3.022	1.614
Juros sobre capital próprio	639	331
Outros	(263)	(141)
Subtotal	3.435	1.823
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	56.091	31.932
Outros Créditos - Rendas a receber	322	202
Outros Créditos - Diversos (Nota 06)	622	506
Despesas antecipadas (Nota 07)	-	15
Investimentos (Nota 08)	4.105	3.666
Intangível (Nota 09)	1.137	921
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 11)	54.384	24.331
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	20.322	11.337
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	7.393	3.397
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	-	82
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	986	493
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	5.191	4.505
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 16)	1.500	1.830
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	4.472	2.603
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	399	387
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	3.483	3.094

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	518	1,46%	235
Depósitos a prazo	2.393	3,44%	2.307
Operações de crédito	3.607	2,07%	2.134

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.127	1.630

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	254	241
Despesa de aluguéis	936	750
Despesa de comunicação	722	489
Despesa de manutenção e conservação	460	501
Despesa de material	156	316
Despesa processamento dados	171	100
Despesa de promoções e relações públicas	601	536
Despesa de propaganda e publicidade	127	135
Despesa de seguro	128	154
Despesa de serviços do sistema financeiro	784	678
Despesa de serviços de terceiros	85	294
Despesa de serviços de vigilância e segurança	670	601
Despesa de serviços de técnicos especializados	431	294
Despesa de serviços de transportes	517	537
Despesa de viagem	185	174
Outras despesas administrativas	2.281	2.018
Total	8.508	7.818

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Recuperação de encargos e despesas	285	620
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	5.137	4.429
Reversão de provisões operacionais	949	2.079
Outras rendas operacionais	290	92
Total	6.661	7.220

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.667	1.577
Contribuição O.C.E.	60	41
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	260	398
Contribuição Confederação Sicredi	1.875	1.502
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	632	600
Encargos da administração financeira	30	25
Repasse administradora de Cartões	171	179
Depreciação e amortização	232	134
Outras provisões operacionais	662	1.801
Outras despesas operacionais	1.247	1.909
Total	6.836	8.166

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	31.910	18.603
Total	31.910	18.603

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	42.723	27.599
Nível I (NI)	42.723	27.599
Capital principal - CP	42.723	27.599
Capital social	32.695	22.673
Reservas de capital	9.914	5.164
Lucros acumulados	929	198
Ajustes Prudenciais	(816)	(436)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	234.152	151.105
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	308	319
Margem de Capital (i)	17.828	12.358
Índice de Basileia (PR / RWA)	18,25%	18,26%
Situação de Imobilização (Imob)	6.263	4.724
Índice de Imobilização (Imob / PR)	14,66%	17,12%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Zeir Ascari
Presidente
429.193.711-34

Valdiney Prins Pereira
Diretor de Operações
CPF: 004.176.501-08

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20